

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

NA PADRONIZAÇÃO É POSSÍVEL INDICAR MARCAS, INCLUSIVE INVOCAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (Sérgio Honorato dos Santos) 509

ALTERAÇÕES RELEVANTES PROMOVIDAS PELA LEI Nº 13.204/2015 NO NOVO MARCO REGULATÓRIO DAS PARCERIAS VOLUNTÁRIAS: LEI Nº 13.019/2014 (Sílvia Portes Rocha Martins) 516

A ESCOLHA DO PORTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO: DIFERENCIAIS ENTRE O COMPRASNET E O LICITAÇÕES-E (Flávia Daniel Vianna) 531

A INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA IMPREVISÃO PARA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS COM AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (Michael de Jesus) 538

A DINÂMICA DOS PRINCÍPIOS EM MATÉRIAS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E O VETOR AXIOLÓGICO DA RAZOABILIDADE (Tiago Moraes Ribeiro) 550

QUESTÕES PRÁTICAS

LICITAÇÃO – Participação de empresa, através de seu estabelecimento matriz, que se sagrou vencedora do certame, tendo sido celebrado o respectivo contrato – Solicitação posterior de alteração do estabelecimento contratado (matriz) para sua filial – Possibilidade 559

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Compra de materiais de escritório precedida de licitação na modalidade convite – Formalização – Observância do disposto no art. 62 da Lei de Licitações – Substituição por instrumentos mais simplificados – Hipóteses de cabimento 560

TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS – Trespasse de serviços caracterizados como “atividade-fim” da Administração para particulares – Limites 561

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL – Acréscimo quantitativo de novos alunos – Observância dos limites legais previstos no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993 – Extrapolação – Obtenção de desconto por parte do contratado – Admissibilidade 562

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Administração Pública Municipal – Vigência e prorrogação – Distinção do prazo de duração dos contratos – Possibilidade de ultrapassar a vigência dos créditos orçamentários 564

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

CONDOMÍNIO EDÍLIO – Entes públicos proprietários de frações ideais do imóvel – Exploração de área comum do prédio como estacionamento – Alegada fraude ao caráter competitivo do certame, nos termos do art. 90 da Lei nº 8.666/1993 – Não cabimento – Relação regida pelo Direito Privado – Crime licitatório – Atipicidade da conduta – Falta de justa causa para a ação penal (STJ) 565

PROPRIEDADE INTELECTUAL – Pregão presencial – Prestação de serviços de sustentação do sistema integrado de gestão de material – Pretensa cessão, em favor da Administração, do código-fonte de linguagem computacional – Negativa de disponibilização pela contratada – Admissibilidade – Proteção pelo Direito Autoral – Inexistência de previsão editalícia ou contratual – Objeto da licitação que não engloba a cessão do programa (TJDFT) 569

TERMO DE PARCERIA – Ajuste firmado entre o Município e Oscip para contratação terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Epidemias – Irregularidades – Ausência de concurso de projetos – Transferência de atividade de natureza pública para a iniciativa privada – Caracterização de desvio de finalidade – Terceirização de mão de obra – Burla ao princípio do concurso público – Prefeito Municipal – Improbidade administrativa – Proporcionalidade e razoabilidade da sanção (TJSP) 575

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Não comprovação da regularidade fiscal pelo particular na vigência da avença – Retenção do pagamento pela Administração – Ilegalidade – Não configuração como uma das sanções administrativas previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993 (TRF1ªR) 582

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – “Operação Sanguessuga” – Convênio – Aquisição de unidades móveis de saúde – Alegação de enriquecimento ilícito, superfaturamento e prejuízo ao Erário, além de atos atentatórios à Administração Pública – Hipótese dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/1992 – Não ocorrência – Fragilidade das provas – Improcedência da demanda (TRF4ªR) 585

HABILITAÇÃO – Aquisição de medicamentos – SRP – Exigência de apresentação de Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) – Admissibilidade – Hipótese em que não ocorreu afronta à isonomia e à competitividade do certame – Observância dos devidos cuidados sanitários na fabricação dos fármacos (TCU) 596